

HABEAS CORPUS Nº 539.877 - SP (2019/0310203-2)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JACKSON DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de JACKSON DA SILVA OLIVEIRA, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve a prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão, ementado nos seguintes termos, **verbis**:

"HABEAS CORPUS. LIBERDADE PROVISÓRIA. Tráfico de entorpecentes. Prisão preventiva. Revogação. Inviabilidade. Decisão fundamentada. Presença dos requisitos autorizadores da prisão cautelar. Gravidade concreta da conduta. Constrangimento ilegal não caracterizado. ORDEM DENEGADA" (fl. 83).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação da segregação cautelar, sustentando, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que: "A prisão preventiva há de ser revogada também em homenagem ao princípio da proporcionalidade. Afinal, visando a assegurar o regular processamento da persecução penal, não pode a segregação cautelar ser mais grave do que a pena que, ao final de um eventual processo, possa ser imposta" (fl. 5).

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida às fls. 90-91.

O Ministério Público Federal, em parecer, às fls. 106-108, manifestou-se pela denegação da ordem, in verbis:

"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. DESCABIMENTO. NARCOTRÁFICO. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE AO MANTER EM DEPÓSITO 14 PORÇÕES (7,3 G) DE COCAÍNA. REGISTROS QUE INDICAM PRÁTICAS INFRACIONAIS ANTERIORES. EFETIVO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REQUISITOS DO ARTIGO 312/CPP ASSENTES. PARECER POR NÃO CONHECIMENTO OU DENEGAÇÃO DO WRIT" (fl. 106).

É o relatório.

Decido.

O **habeas corpus** está prejudicado.

Isto porque, em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem (www.tjsp.jus.br), verifica-se que em decisão proferida, em **19/11/2019**, o Juízo processante concedeu a liberdade provisória ao ora Paciente, tendo determinado a expedição de alvará de soltura em seu favor nos seguintes termos, **in verbis**:

"[...]Diante do exposto, e de tudo o mais que dos autos consta, julgo PROCEDENTE o pedido, e assim o faço para CONDENAR o réu JACKSON DA SILVA OLIVEIRA ao cumprimento de pena privativa de liberdade de um ano e oito meses de reclusão, no regime inicial aberto, e pagamento de pena pecuniária em valor equivalente a cento e sessenta e seis dias multa, fixados estes em seu valor unitário

Superior Tribunal de Justiça

mínimo, na forma do art. 43, da Lei Federal nº 11.343/06, por infringência ao disposto no artigo 33, c/c § 4º, da Lei Federal nº 11.343/06. Defiro o apelo em liberdade, notadamente tendo em conta a pena final aplicada. Expeça-se alvará de soltura clausulado" (www.tjsp.jus.br).

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade da presente impetração, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, julgo o presente **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator